

PANORAMA DA PARTICIPAÇÃO DA INICIATIVA PRIVADA NACIONAL NO SETOR ELÉTRICO DO INTERIOR GAÚCHO (1889-1947): CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL URBANO.

AN OVERVIEW OF THE NATIONAL PRIVATE INITIATIVE PARTICIPATION IN THE ELECTRICITY SECTOR OF THE RIO GRANDE DO SUL HINTERLAND.

Gunter AXT¹

Resumo: Este artigo traça um panorama da participação do capital privado de origem nacional na indústria de energia elétrica do interior do Estado do Rio Grande do Sul, desde a primeira concessão, em fins do século XIX, até a emergência da Companhia Estadual de Energia Elétrica, nos anos 1940, apontando contribuições para a formação do patrimônio industrial urbano.

Palavras chave: Patrimônio industrial. energia elétrica. Indústria. Economia. Rio Grande do Sul

Abstract: This paper establishes an overview about regional private capital participation into electric energy industry of the Rio Grande do Sul State inland, since the first concession contracts in the XIX century until the emergence of Public Electric Energy Industry in the forties. One points also its contributions to the urban industrial heritage.

Key words: Industrial heritage. Electricity. Industry. economy. Rio Grande do Sul

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe-se a traçar um panorama das principais empresas de capital privado nacional que constituíram o setor de geração e distribuição de energia elétrica no interior do Estado do Rio Grande do Sul, entre fins do século XIX e meados do século XX. A área de ênfase, portanto, é a história econômica. Os dados aqui coligidos apoiam-se em parte da dissertação de mestrado defendida em maio de 1995 junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,

¹ Doutor em História Social pela USP, consultor do Ministério Público de Santa Catarina e Professor do Mestrado em Memória Social e Bens Culturais do Unilasalle/Canoas.

realizada com apoio da Capes e da Fapergs, intitulada “A indústria de energia elétrica no Rio Grande do Sul (1887-1959)”. A dissertação resta não publicada, mas seu conteúdo foi desdobrado em cinco diferentes artigos, publicados entre 1994 e 1998².

O tema em questão aqui, entretanto, permaneceu inédito. Tendo em vista o recente interesse pelo assunto, em virtude da disseminação e consolidação de programas de pós-graduação em história no interior do Estado, desde então, bem como do destaque que o campo do patrimônio industrial vem recebendo, pareceu-nos oportuna a publicação do presente artigo.

As fontes para o estudo da trajetória das pequenas empresas de eletricidade que operaram no interior do Estado do Rio Grande do Sul são mais escassas do que as relativas às grandes companhias de Porto Alegre. Com as encampações levadas a efeito pela *Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE)* durante as décadas de 1940 e 50, muitos registros e relatórios das empresas se dispersaram. Por outro lado, os jornais da Capital pouco mencionavam as empresas do interior, salvo em algumas situações específicas, como as iniciativas mais abrangentes dos municípios ou as questões que envolviam o Plano de Eletrificação (aprovado em 1945, mas cuja discussão iniciara-se já em 1939). Por sua vez, a imprensa e os arquivos com documentação oficial das cidades do interior estão ainda por merecer estudo com mais afeição. Nestes casos, os resultados podem ser animadores, a exemplo do ocorrido com a pesquisa que conduzimos junto aos arquivos de Pelotas, cujas conclusões acham-se reunidas em um artigo específico³. Com efeito, a imprensa de época tem se constituído numa fonte documental privilegiada para o estudo da indústria de energia elétrica, pois a natureza própria dos serviços de utilidade pública sempre despertou especial interesse junto aos governos, à opinião pública e aos investidores em potencial, diferentemente do que se dava com outros ramos da atividade industrial, mencionados menos amiúde pelos jornais.

Este aspecto também explica as frequentes referências à indústria de eletricidade nos relatórios administrativos governamentais. Ainda assim, os levantamentos da *Repartição de Estatística do Estado* assumem maior sistemática apenas a partir de 1925/7. Até então, o quadro estatístico para o setor era precário. E, mesmo a partir de então, não são inteiramente confiáveis, pois eram estruturados com base nos dados repassados pelas empresas ou municípios, sem verificação posterior mais acurada.

² Ver: Axt, 1994; Axt, 1996; Axt, 1996a; AXT, 1998 e Axt, 1998a.

³ Ver: Axt, 1996.

Não obstante as limitações que ainda nos cercam, o atual estágio de investigação permite já o esboço de um panorama geral sobre o desempenho do capital de origem regional no setor elétrico no interior do Rio Grande do Sul, ao longo do período histórico compreendido entre a inauguração das primeiras usinas, ainda no século XIX, e as encampações promovidas pela CEEE. Neste sentido, embora denote um caráter descritivo, a contribuição deste artigo repousa na reunião de informações até então em estado disperso, além de permitir um contraponto à evolução do setor elétrico em Porto Alegre, onde se localizaram as principais iniciativas do capital privado neste segmento industrial.

Considerando que algumas das edificações que abrigaram antigas centrais geradoras e suas oficinas ainda subsistam, os dados aqui sistematizados podem vir a ser úteis para o campo da gestão do patrimônio histórico. Na contemporaneidade, os estudos sobre o patrimônio industrial vêm ganhando destaque.

Como registra Dominique Poulot (2009, p.10-15), a história da transmissão e da proteção do patrimônio social atravessou várias fases. No Direito Romano, o patrimônio era o conjunto de bens familiares, associado à ideia de herança privada, não evocando qualquer noção de tesouro social ou de obra prima. Na época moderna, a sua identificação e a publicidade de acervos estavam ao serviço do fausto dos príncipes. Com as revoluções liberais do século XVIII e XIX, o triunfo do projeto de formar novos cidadãos pela instrução e pelo culto do Estado-Nação ampliou a evocação do patrimônio para o elogio dos grandes vultos, arautos dos valores embalados pela Nação, e para a celebração dos grandes feitos, atrelando-o a uma história balizada pelos eventos e guiada pelos marcos da Administração Pública. Porém, na virada do século XX para o século XXI, difundiu-se uma nova concepção de patrimônio, pela qual se espera que ele, deixando de funcionar como ferramenta pedagógica e doutrinária, contribua para revelar a identidade de cada indivíduo ou de cada segmento diverso da sociedade. No lugar da história edificante, afirmou-se a identidade cultural. Se as primeiras medidas conservadoras, iniciadas pelo papado e por outros estados na Itália renascentista, culminaram no reconhecimento de cânones e mestres e no princípio de um corpus a proteger, atualmente registra-se uma verdadeira explosão de iniciativas patrimoniais, emulando a participação ativa de indivíduos e coletividades distintas no espaço público. Há, presentemente, uma generalização da sensibilidade com relação à herança cultural, e, também, uma crescente ampliação desse conceito, de maneira a converter o patrimônio num grande desafio para o desenvolvimento cultural hodierno. A partir dos anos 1980, firmou-se o entendimento de que qualquer vestígio ou prática podem ser considerados patrimônio.

Esta tomada de posição descartou o patrimônio como corpus classicamente definido de maneira normativa e instituiu um caleidoscópio de identidades.

Nesse contexto, a análise dos vestígios do processo industrial passou também a integrar o horizonte das populações urbanas, por conectar-se a história do trabalho, da técnica e da urbanização. Na Inglaterra, na década de 1950, bens industriais começaram a ser listados e reconhecidos pelo Conselho Nacional de Arqueologia. Em 1963, surgiu o primeiro periódico especializado na área, o *Journal of Industrial Archaeology*. Vários acadêmicos promoveram levantamentos patrimoniais, sensibilizando a opinião pública para a importância desses vestígios. Em 1973, em Ironbridge, promoveu-se o I Congresso para a Conservação dos Monumentos Industriais. Em 1978, por ocasião da terceira edição do evento, em Estocolmo, fundou-se o *The International Committee for the Conservation of Industrial Heritage (TICCIH)*, organismo cuja finalidade é promover a cooperação internacional no campo da valorização do patrimônio industrial.

No Brasil, funciona desde 2004 um ativo Comitê ligado ao TICCIH. O tombamento, realizado em 1964, da Real Fábrica de Ferro de Ipanema, fundada em 1810, é considerado por muitos a ação pioneira do IPHAN no campo do patrimônio industrial. De lá para cá, muitos foram os tombamentos e aproveitamentos de prédios relacionados ao patrimônio industrial, com ênfase para Estados como São Paulo e o Rio Grande do Sul. Em Porto Alegre, por exemplo, a antiga Usina Termelétrica da Volta do Gasômetro, popularmente conhecida como Usina do Gasômetro, importante exemplar da arquitetura industrial em concreto armado, inaugurada em 1928 e desativada na década de 1970, foi tombada e hoje abriga um centro cultural. Há outros exemplos impactantes na Capital gaúcha, tais como o prédio da antiga fábrica de cervejas Brahma, que atualmente abriga um shopping Center, assim como acontece com as instalações da antiga tecelagem A. J. Renner. Todavia, apesar de muitos exemplos importantes, ainda é pouco sedimentada a reflexão teórica e metodológica sobre as especificidades da preservação do patrimônio industrial.

Ensaando-se um balanço do quadro atual, como propõe Marly Rodrigues (2010), percebe-se que vem crescendo a compreensão do Poder Público sobre a matéria. Porém, como os órgãos de proteção ao patrimônio raramente se antecipam à obsolescência das estruturas fabris, cuja natureza, por conta de sua funcionalidade, encerra um caráter mais transitório, quando começam a ser estudadas, já se encontram descaracterizadas, esvaziadas, por exemplo, do maquinário original. Tal situação tende valorizar as características externas das edificações, em prejuízo dos espaços internos, onde se organizava a produção. As fábricas tombadas dificilmente guardam informações necessárias à recuperação de saberes técnicos e da organização

dos trabalhos. Além disso, baseados na qualidade arquitetônica das construções, os tombamentos de bens industriais raramente levam em conta o seu impacto no entorno sócio-urbano.

É por isso que Jorge Alves (2003, p.3) indica que o esforço para “

captar a densidade das redes de significados que o patrimônio industrial suscita e promove na diversidade dos seus públicos, até pela natureza intrínseca deste tipo patrimonial, marcada pela efemeridade, por uma rápida obsolescência e por fenômenos de sobreposição que levantam problemas complicados de inventariado, tratamento, explicação, recuperação e reutilização,

é necessariamente multidisciplinar. O patrimônio industrial, define,

é, em última análise, a expressão da tecnologia usada num período e num espaço circunscritos, com base em oficinas e fábricas, enquanto soluções organizacionais construídas para responderem a situações imediatistas de resposta ao mercado (ALVES, 2003, p.6).

Dessa forma, este artigo pode eventualmente contribuir na compreensão do panorama técnico e financeiro no qual operavam as usinas de energia elétrica nos primórdios da eletrificação no Estado do Rio Grande do Sul, subsidiando a contextualização dos vestígios remanescentes.

USINAS ADMINISTRADAS PELO CAPITAL PRIVADO NACIONAL NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL

A primeira ação regulamentar dos Poderes Públicos em face da exploração dos serviços de eletricidade no interior gaúcho remonta a quatro de abril de 1889, quando o então Presidente da Província, Joaquim Galdino Pimentel, editou a Lei nº 1.785, que concedeu ao diretor da *Cia. Fiat Lux*, de Porto Alegre, Aimable Jouvin, cidadão e comerciante francês residente na Capital, o privilégio por vinte anos em todos os municípios sul-rio-grandenses. A caducidade do contrato estava prevista caso não fossem principiadas as obras no prazo de até dois anos nas cidades e de até quatro anos nas vilas (Franco, 1992). Em cinco de março de 1891, contudo, a concessão foi prorrogada pelo governo republicano, por meio do Ato nº 159⁴. Neste mesmo ano, a *Fiat Lux* chegou a iniciar as obras de uma usina na cidade de Pelotas, mas, em 1894, alegando indisponibilidade de recursos, seus dirigentes abandonaram os projetos de expansão pelo interior, paralisando os trabalhos já iniciados. A empresa seguiu operando apenas na Capital.

⁴ A Federação - 14.10.1898 - Estatutos da Cia. Fiat Lux (MCS).

Com a retração da *Fiat Lux*, abriram-se perspectivas para o surgimento de novos contratantes e concessões, agora concedidas pelos municípios, conforme orientação da Constituição Estadual de 14 de Julho 1891. Destarte, ainda no século XIX duas cidades do interior foram beneficiadas com a novidade. Até 1910, onze localidades seriam atendidas por serviços de eletricidade, sendo dez administrados por empresas privadas. Algumas destas usinas, sempre de fonte térmica, eram tão pequenas que mal atingiam 50 KW de potência instalada. As mais importantes localizavam-se na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai e a Argentina, então região economicamente dinâmica. Em 1912, entraram em funcionamento as primeiras hidrelétricas, todas na região serrana, onde a existência de pequenas quedas d'água para aproveitamento energético é naturalmente maior: das três, uma, em Cruz Alta, era privada. Em 1927, as maiores usinas do interior, depois das de Pelotas e Rio Grande, então sob administração estrangeira e pública, respectivamente, localizavam-se em Uruguaiana (1.210 HP), São Jerônimo (1.200 HP)⁵, Santa Maria (1.040 HP), Bagé (950 HP) e Alegrete (510 HP).

De um modo geral, os empreendimentos do capital privado regional no interior seguiram, em menor escala, os padrões evidenciados pela indústria de eletricidade de Porto Alegre. Investimentos oriundos do setor comercial-financeiro foram invertidos, sobretudo, na geração termelétrica, uma tendência que se explica, por um lado, em virtude da exigência de capitais mais modestos, e, por outro, porque grande parte das cidades do interior com maior capacidade de mobilização de recursos em fins do século XIX e inícios do século XX localizava-se na região sul e fronteira, onde as quedas d'água são menos disponíveis. Além disso, tal qual se deu com a geração de eletricidade na Capital, os principais clientes das empresas geradoras eram os consumidores residenciais e comerciais, sendo as indústrias apenas tardiamente conectadas às usinas.

Em Santa Maria, a 15 de novembro de 1898, inaugurou-se a primeira usina do interior. Alguns meses depois, entraram em operação os serviços de eletricidade de Bagé. Embora as concessões, em ambos os municípios, fossem inicialmente atribuídas a investidores isolados, passaram logo em seguida às mãos de uma prestigiada casa comercial.

⁵ Sobre esta usina, inaugurada em 1916 e reformada em 1923, são poucas as informações disponíveis.

Em Bagé, logo após o início das obras, em nove de julho de 1898, o contratante Antônio de Azevedo Caminha⁶, transferiu seu privilégio para a firma *Buxton & Guilayn*. As instalações foram inauguradas em quatro de junho de 1899⁷.

“Contava a usina (...) com as seguintes instalações: duas máquinas **Compound**, dos fabricantes **MacIntosh Seymour Co**, ligadas diretamente a dois geradores multipolares de 45 KW cada um, da General Electric dos EUA, duas caldeiras Babcock & Wilcox, apropriadas para as máquinas acima. A tensão da corrente era de 220 volts. Pelo contrato que a empresa mantinha com a Intendência municipal, era obrigada a fornecer luz para 28 lâmpadas de arco voltaico e 150 lâmpadas incandescentes, de 16 velas cada uma. As instalações particulares, que a princípio eram de pequeno número, foram crescendo de ano para ano, de maneira que, já em 1901, houve necessidade de se aumentarem as instalações seguintes: um motor Willians & Robinson, Compound, vertical, de alta velocidade, conjugado a um dínamo da Westinghouse Electric Company (este novo dínamo tinha capacidade para 100 kW); uma caldeira tubular da The Taylor Machinery Company, USA; um esquentador Cochrane, e uma bomba para alimentação, marca Deane.”⁸

Incorporada em 1898 em Buenos Aires, pelos sócios Harold B. Buxton, Coronel Emílio Guilayn⁹ e o engenheiro Walter G. Cassini, a *Buxton, Cassini & Cia.* iniciou suas operações absorvendo o acervo da *Compañia Sud Americana de Electricidad*, daquela Capital, sucedendo-a em todas as suas representações de material elétrico. Em outubro de 1919, a razão social da empresa foi trocada para *Buxton, Guilayn & Cia.* Esta empresa atuou na Argentina, no Uruguai e no Paraguai, ligando seu nome à instalação de usinas elétricas para companhias estrangeiras ou por sua própria conta. O investimento direto na produção de energia elétrica pela empresa teve início por Bagé, onde o Coronel Guilayn tinha propriedades, a partir da subsidiária *Empresa de Luz Elétrica Emílio Guilayn*. Em seguida, a *Buxton & Guilayn* tornou-se principal acionista da *Companhia Santamariense de Luz Elétrica*, que operava em Santa Maria. Finalmente, foi responsável pelas obras de ampliação da usina de Uruguaiana, em 1912, e pela instalação da usina de Itaqui, em 1919. Em maio de 1912, a companhia assumiu a

⁶ Antônio Pedro Caminha era engenheiro e foi Deputado Estadual de 1892 a 1908. Caminha também chegou, em 22 de novembro de 1898, a obter a concessão dos serviços de eletricidade na cidade de Pelotas, mas jamais concluiu as obras.

⁷ A Federação - 16.06.1899.

⁸ IMPRESSÕES, 1913, p. 860.

⁹ Emílio Guilayn, destacado comerciante, criador e charqueador, ocupou a direção do Banco da Província do Rio Grande do Sul entre 1911 e 1914. Era também proprietário da *Casa Bancária Emílio Guilayn*, fundada em Bagé em 1891, tendo como sócio comanditário Martim Bidart Filho. Foi ainda acionista do *Banco Pelotense* e da *Cia. Força e Luz Porto-Alegrense*. Elegeu-se Deputado Estadual pelo PRR de 1905 a 1924.

concessão dos serviços de eletricidade em Pelotas, na quinta concorrência pública realizada nesta cidade.

A agência da *Buxton, Guilayn & Cia.* em Londres, aí sediada desde 1908, viabilizou o acordo com um grupo de capital inglês que constituiu a *The Rio Grandense Light and Power Syndicate Limited*, que dois anos mais tarde inaugurou a primeira usina de Pelotas. Nesta cidade, ainda, a *Buxton & Guilayn* instalou escritório comercial, que atuava em representações de material elétrico, maquinaria, automóveis, cimento, ferro, tintas, arames, etc. Também tinha participação no ramo de alimentos, importando chá inglês e diversos produtos argentinos. Do Rio Grande do Sul, exportava para o Prata arroz, erva-mate, madeira, entre outros produtos¹⁰.

De 1900 a 1915, a *Buxton & Guilayn* de Bagé foi dirigida pelo engenheiro alemão Eugênio Oberst, responsável pela instalação da usina em 1898¹¹. O acervo foi controlado pela *Buxton & Guilayn* até 1919, quando foi encampado pela *Companhia Telefônica Riograndense*, empresa dirigida pelo sócio de Guilayn na *Companhia Força e Luz Porto Alegrense*, Possidônio Mâncio da Cunha¹², e que nesta época explorava também as concessões de eletricidade em Cachoeira do Sul. Em 1922, porém, constituiu-se em Bagé a *Cia. Geral de Luz e Força S.A.*, cuja principal acionista era novamente a *Buxton & Guilayn*. As instalações da usina foram ampliadas duas vezes, em 1922 e 1925. Em 1927, a usina funcionava com quatro motores movidos a óleo, que alcançavam uma capacidade instalada de 640 KW. Em 1930, a *Cia. Sud Americana de Servicios Publicos Brasileña S.A. (SUDAM)*, um consórcio britânico-argentino, assumiu as instalações de Bagé, colocando fim à participação da *Buxton & Guilayn* na geração de eletricidade no estado¹³.

A *Cia. Santamariense de Luz Elétrica* foi absorvida pela *Buxton & Guilayn* logo após a primeira investida em Bagé. A empresa permaneceu sob controle do grupo até 1930, quando foi igualmente incorporada pela *SUDAM*. O grupo *B.M. Barbará & Cia.*, de Uruguaiana, também possuía uma participação acionária na *Cia. Santamariense*. Em

¹⁰ Álbum de Pelotas. Pelotas, 7 de setembro de 1922.

¹¹ Oberst desenvolvera vários projetos de instalações elétricas na Argentina antes de ser chamado por Guilayn. Em 1º.01.1914, Oberst organizou sua própria firma, com sede em Bagé e filiais em Pelotas e Dom Pedrito. Representante e instaladora de material elétrico e hidráulico, a firma sucedeu a *Guilayn & Cia.* nas seções comercial e industrial. (O ESTADO, 1915, p. 403).

¹² Influente político ligado às hostes do PRR, privando do círculo íntimo de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, Possidônio também era um ágil capitalista, que na época integrava a diretoria de importantes empresas, como a *Cia. Carris Porto-Alegrense*, a *Cia. Telefônica Rio-grandense* (fundada em 1908), a *Cia. Predial e Agrícola*, a *Cia. de Seguros de Vida Previdência do Sul*, a *Cia. Fiação e Tecidos de Porto Alegre* (fundada em abril de 1901) e o *Banco Comercial Franco-Brasileiro* (fundado, em 1913).

¹³ Companhia Sul Americana de Serviços Públicos S.A. Brasileira. Bagé, 1938, mimeo. (ME); ANUÁRIO, 1928; O ESTADO, 1915, p. 120 e 403 (CDHPRS).

1914, a usina havia sido restaurada após um incêndio que a destruíra. Nesta época, as instalações reuniam pelo menos 200 KW de potência e a usina estava segurada em 200 contos de réis, enquanto o capital investido na mesma estava avaliado em 700 contos. A empresa também controlava o serviço de telefonia na cidade. A energia elétrica passou a ser distribuída durante o dia apenas em 1919. A usina foi ampliada em 1913 e em 1927. Em 1927, trabalhavam na usina cinco motores movidos a vapor e a óleo, que atingiam a capacidade instalada de cerca de 730 KW. Neste ano, o total dos investimentos da *Buxton & Guilayn* em Bagé e em Santa Maria era avaliado em R\$ 2.600:000\$000; a companhia, então, empregava, ao todo, 62 operários nas duas usinas¹⁴.

Entre 1901 e 1910, surgiram no interior mais nove centrais geradoras: 1901, em Jaguarão; 1904, em Uruguaiana; 1905, em São Gabriel e Livramento; 1906, em Santa Cruz e Rio Grande; 1908, em Alegrete e Santa Vitória do Palmar; 1910, em São Pedro¹⁵.

Em Jaguarão, em 14 de julho de 1901, entrou em atividade a quarta usina do Estado, com 100 HP de potência. Incorporada por um grupo de capitalistas locais em junho de 1900, a *Cia. Luz Elétrica Jaguarense S.A.*, responsável pela administração do empreendimento, subscrevia, então, um capital de 210 contos de réis, divididos em 1.050 ações de 200 mil réis cada uma. Também esta companhia lutou com a carência de recursos, que a impediu de estender suas linhas de transmissão à Vila de Artigas (hoje cidade de Rio Branco), no Uruguai. Buscando contornar esta deficiência, construiu uma fábrica de gelo, comercializando sua produção, e banheiros públicos, que podiam ser alugados pela população, especialmente pelos banhistas das praias do Rio Jaguarão.

Em 1907, foram adquiridos novos equipamentos para a usina, sem, no entanto, alterar a capacidade instalada. Em 1909, o Intendente Municipal, Faustino José Corrêa, liberou um auxílio de seis contos e 800 mil réis à companhia, para que fossem realizadas obras de ampliação no prédio da usina, indicando que o capital disponível na empresa, bem como sua projeção de lucros, eram insuficientes para viabilizar o plano de expansão. Assim, não conseguindo representação junto ao limitado mercado financeiro da época, a empresa recorreu aos incentivos públicos. Em 1910, foi inaugurada a nova chaminé com 15 metros de altura. Em 1913, a companhia passou a contar com uma oficina própria, onde passaram a ser resolvidos os problemas com os

¹⁴ CP - 10.07; 14.07; 22.08.1914 (MCS); Informativo CEEE nº 4, PoA, 1973 (ME); ANUÁRIO, 1928.

¹⁵ O distrito de São Pedro desmembrou-se da cidade de Santa Maria em 1926, tornando-se município de São Pedro do Sul.

motores, que até então tinham de ser enviados a Buenos Aires para reparos (Aguilar, 1972).

Em Uruguaiana, o primeiro contrato para a iluminação pública da cidade foi assinado em 11 de julho de 1903, com o engenheiro formado em Buenos Aires, José Montagner. Em 3 de outubro de 1903, foram aprovados os estatutos da *Cia. Luz Elétrica Uruguaianense S.A.*, que subscrevia um capital social de 900 contos de réis. A empresa foi constituída por um grupo de capitalistas locais, objetivando a distribuição de iluminação pública e particular, durante toda a noite. Em 3 de julho de 1904, foram oficialmente inaugurados os serviços na cidade. Logo em seguida, a empresa principiou a distribuir força às indústrias, notadamente às tecelagens. Foi a primeira empresa de eletricidade no Estado a atender os consumidores industriais.

O combustível utilizado pela usina era a lenha e o carvão. Anexo ao prédio da usina, que se situava às margens do Rio Uruguai, funcionava uma fábrica de gelo. Em 1910, operavam ainda na usina três motores “Franco Tossi”, que desenvolviam no conjunto uma força motriz de 1.200 HP. Os dínamos rendiam 600 KW, baixo uma tensão de 220 e 400 volts, de corrente contínua. O maquinário da usina e das redes transmissoras foi todo encomendado em Buenos Aires, indicando serem mais ágeis os contatos comerciais com a capital argentina do que com Porto Alegre. Em 1912, as instalações foram ampliadas, alcançando os mesmos motores um rendimento de 847 KW. Com instalações modelares para a época, foi até 1910 a maior usina do interior gaúcho¹⁶.

Em 1909, o contrato foi transferido para a firma *B. M. e Barbará*, cujos acionistas tinham incorporado a diretoria da antiga *Luz Elétrica Uruguaianense*. A *B. M. & Barbará* possuía em Uruguaiana escritórios de representação comercial, uma casa bancária e uma empresa de navegação fluvial; a firma era associada ainda às empresas: *Crédito Territorial Sul-Brasileiro*, de Porto Alegre, *Banco Pelotense*, *Saladero Uruguaiana*, à casa comercial *Ferreira & Cia.*, à *Cia. Fiação de Tecidos Progresso da Fronteira*, à fábrica de lâmpadas elétricas *Bergallo, Kingsburry & Cia.*, do Rio de Janeiro, e, finalmente, à sociedade *Demarchi & Cia.*, do Recife, concessionária das loterias do estado de Pernambuco e outros. A *B. M. & Barbará*, impressionante exemplo da vitalidade do capitalismo na região fronteira, mantinha escritórios em Porto Alegre e no Rio de Janeiro. Seus interesses, segundo algumas fontes, não se limitavam à economia formal. A usina costumava entrar em pane em noites de entrega de mercadorias contrabandeadas pela fronteira, sendo as máquinas reparadas tão logo os contrabandistas, protegidos pelo manto da escuridão, se retirassem de volta a Libres.

¹⁶ "A Notícia" - 15.07; 17.07; 19.07; 23.09; 09.10; 11.11.1903; 05.07; 11.11.1904 (ME); ANUÁRIO, 1928.

Segundo uma estimativa da Inspeção Fiscal, em 1907 apenas em Uruguaiana atuavam cerca de 120 contrabandistas. A atividade era então considerada por muitos como comércio livre e movimentava a economia da fronteira. Em 11 de novembro de 1927, o contrato foi assumido pela *Cia. Geral de Luz e Força*. Em 20 de maio de 1930, novo contrato foi celebrado com a *SUDAM*¹⁷.

Na cidade de Rio Grande, o primeiro contrato para iluminação pública foi firmado em 1903 entre a Intendência e Gustav Carl Vellinger, que gozaria da concessão por 25 anos. A colimada companhia deveria reunir um capital de 400:000\$000, divididos em 2.000 ações nominativas de 200\$ cada uma. A chamada de capital seria parcelada em seis vezes, de modo a facilitar a participação dos pequenos investidores. A instalação dos serviços deveria ser contratada à firma *Guinle*, do Rio de Janeiro, que estabelecera uma filial em Porto Alegre em 1903. Previa-se a instalação de 1.500 lâmpadas de 16 velas para a iluminação particular, que funcionariam até a meia-noite, além de 150 lâmpadas incandescentes de 25 velas e 25 de arco de 500 velas, para a iluminação pública. A expectativa de remuneração era otimista, com um lucro líquido calculado em torno de 15,5% e dividendos de 12% aos acionistas¹⁸.

Estiolando-se este projeto inicial, o privilégio foi transferido, em 1905, à *Cia. Rio Grandense de Iluminação a Luz Elétrica*, fundada no mesmo ano pelo engenheiro Fernando Martins, em acordo com investidores locais¹⁹. Além de técnico da Seção de Eletricidade da Superintendência dos Serviços Industriais da Intendência de Porto Alegre, Fernando Martins era um dos incorporadores da firma *Lima & Martins e Cia.*, de Porto Alegre, que fora responsável pelas instalações elétricas de algumas usinas do interior, como a de Cachoeira do Sul, Dom Pedrito, Garibaldi e Caxias do Sul, além de realizar diversas obras contratadas pelo Governo do Estado, como quartéis da Brigada Militar, o Hospício São Pedro, reforma do Theatro São Pedro, o Palácio do Governo, etc. Martins garantiu em Rio Grande a construção de uma usina moderna, a primeira no Estado a adotar a corrente alternada, trifásica, considerada, então, um tabu na Capital (O Estado, 1915, p. 154).

Em 10 de dezembro de 1908, a *Cia. Viação Rio Grandense*, fundada pelos investidores locais Visconde Pinto da Rocha, Coronel Augusto Cezar Leivas e Comendador Albino José da Cunha, assumiu o privilégio para exploração dos serviços de viação elétrica na cidade de Rio Grande. Contudo, a 11 de novembro de 1909, as

¹⁷ O ESTADO, 1915, p. 439, 459/60; História da Energia Elétrica em Uruguaiana. Uruguaiana, julho de 1974, dat. (ME); SILVA, 1922, p. 57⁵; AXT, 2011.

¹⁸ Fed. - 11.04.1905 (CDHPRS).

¹⁹ Major Pedro Victor de Carvalho, Antônio Carlos Lopes, Joaquim Araújo Pereira, Comendador A.J. Silva Guimarães, Álvaro de Castro e Silva e Augusto de Campos Morais (Fed. - 05.02.1908 - CDHPRS).

concessões de ambas as companhias foram transferidas à *Compagnie Française du Port du Rio Grande do Sul*. As instalações foram logo reformuladas e em pouco tempo a usina operava com potência instalada de 600 KW. Os serviços de tração entraram finalmente em atividade a 15 de novembro de 1911 (O Estado, 1915, p. 316).

A *Compagnie Française du Port* de Rio Grande do Sul foi autorizada a funcionar no Brasil pelo Decreto Federal nº 7.007, de 2 de julho de 1908, tendo assumido o contrato estabelecido, em 17 de setembro de 1906, entre o Governo Federal e o engenheiro norte-americano E. L. *Corthell*. A desobstrução do canal que dava acesso ao porto era tentada desde 1855, sem sucesso, tendo sido encomendados diversos projetos pelo antigo governo imperial. O contrato de 1906 aproveitava os estudos anteriores e apresentava uma solução definitiva ao problema, cuja execução achou-se atrelada à exploração do porto. A contrapartida financeira para o projeto foi garantida por Parcival Farquhar, conhecido investidor norte-americano no Brasil, tendo as obrigações sobre o contrato imediatamente sido transferidas à *Companhia Port of Rio Grande do Sul*, constituída pelo mesmo, com sede em Portland, USA. Dificuldades financeiras enfrentadas por Farquhar, decorrentes da retirada do compromisso de seus investidores nos Estados Unidos, impeliram o capitalista norte-americano a buscar financiamento junto a instituições francesas. Em junho de 1908, o banqueiro H. Legré reuniu importantes investidores de Paris para incorporar a *Cie. Française du Port de Rio Grande do Sul*, que assumiu os direitos sobre o contrato com *Corthell*. Farquhar permaneceria como acionista através da *Brazil Railway*. Em 1909, tiveram finalmente início os trabalhos de abertura do canal da barra e construção do novo porto de Rio Grande (Carvalho, 1927, p. 95-96; p. 134-149).

Em setembro de 1919, o porto e a barra de Rio Grande foram encampados pelo Governo Estadual. O acervo da Seção de Eletricidade da *Cie. Française* (tramways, força e luz) passou, então, igualmente ao controle do Estado. Na ocasião, as instalações foram consideradas em "bom estado" e constavam, na usina, de quatro caldeiras 'Babcock e Wilcox', com capacidade de 325 m² de superfície de aquecimento, e motores queimando carvão nacional, para o que exigiam adaptação especial, vez que o carvão nacional, embora mais barato do que o inglês, era mais rico em cinzas. O material rodante era composto de 15 carros motores, sendo cinco fechados, e seis reboques. Em 1927, a usina funcionava com dez motores a vapor, totalizando 2.065 KW de potência instalada²⁰.

Em Santa Cruz, o contrato para exploração dos serviços de eletricidade foi celebrado em 31 de agosto de 1905, entre a Intendência Municipal e o capitalista local

²⁰ TRANSFERÊNCIA, 1920, p. 120-138; p. 213-216; ANUÁRIO, 1928.

Henrique Melquiors. A usina entrou em operação em 11 de agosto de 1906. Era movimentada por uma máquina a vapor de 40 HP de potência que acionava um dínamo de corrente contínua. Em 1910, sua capacidade foi ampliada por outra máquina a vapor, "Mather & Blatt", de 60 HP. Em dezembro de 1911, foi rescindido o contrato e a municipalidade encampou as instalações. Foi a primeira encampação de uma usina pelo Poder Público no Rio Grande do Sul e a terceira intervenção direta de uma administração municipal na geração de eletricidade, depois da Usina Municipal de Porto Alegre, inaugurada em 1909, e da pequena usina de Santa Vitória. Em 1912, a usina foi acrescida de mais um grupo a vapor de 106 HP, marca "J. F. Fries & Cia.". Em 1925, foi instalado mais um grupo de 100 HP, "Otto Deutz"²¹.

Com a inauguração da usina elétrica de São Gabriel em 7 de setembro de 1905, a *Bromberg & Cia.*, importante casa comercial que atuava em Porto Alegre desde o século XIX, com distinção na importação de maquinário para a indústria, marcou o início da sua participação na geração de eletricidade. A usina, situada ao lado do prédio da Intendência Municipal, era movimentada por uma máquina a vapor com capacidade de 80 HP. Na década de 10, entrou em atividade uma nova máquina a vapor com capacidade de 130 HP. Em 1927, os dois motores a vapor da usina apresentavam uma capacidade instalada de 180 KW. Trabalhavam na usina 12 funcionários e o capital empregado era avaliado em Rs 270:000\$000 (Figueiredo, 1975).

Com a entrada em funcionamento da usina de Alegrete, em 14 de julho de 1908, a *Bromberg & Cia.* passou a assumir destaque, ao lado da *Buxton & Guilayn*, no conjunto da indústria de energia elétrica do interior do Estado. A usina era administrada pela *Empresa Luz Elétrica Alegretense*, incorporada em 1906, com um capital inicial de 60 contos, pela *Bromberg & Cia.* e por um grupo de capitalistas locais, cujos principais acionistas achavam-se representados na firma *Dornelles, Blessmann & Cia.*. Meses após a inauguração, o capital da companhia foi aumentado em mais 80 contos. Em 1912, instalaram-se os contadores, pagando-se pelo consumo de quilowatts, e não mais por lâmpadas. Em 1925, a companhia foi encampada pelo município, sendo dois anos mais tarde vendida ao *Grupo Serralta*²². Em 1927, trabalhavam na usina dois motores movidos a vapor e a óleo, que alcançavam 357 KW de potência instalada, gerando energia em corrente contínua. Avaliava-se o capital investido em 2.000:000\$000 e o pessoal empregado era em número de 30.

Após suas incursões em Alegrete e São Gabriel, a *Casa Bromberg* participou da construção e/ou administração de pelo menos mais quatro usinas. Em 1911, a

²¹ Histórico do Serviço de Eletricidade em Santa Cruz do Sul, dez. 1974, mimeo. (ME).

²² GOLDEMBERG, s. d.

Intendência de Passo Fundo contratou-a para a construção de uma usina hidrelétrica no rio Capingui. Inaugurada em 1912, com potência inicial de 150 HP, seria esta uma das primeiras hidrelétricas a entrarem em operação no Estado, juntamente com mais duas inauguradas neste mesmo ano, a de Cruz Alta e a de Alfredo Chaves.

Em 1914, a *Bromberg* inaugurou os serviços da usina municipal em Rosário, com 50 HP de potência, que havia sido por ela construída. Em 1920, instalou um gerador locomóvel de 65 HP na pequena usina municipal de Arroio Grande²³. Construiu, também, a usina hidrelétrica da Picada 48 para a Intendência de São Leopoldo, inaugurada em 1913, com potência inicial de 200 HP.

Em Cruz Alta, a *Bromberg & Cia.* associou-se ao *Banco Nacional de Comércio* e ao coronel Salathiel de Barros, diretor desta instituição, de 1927 a 1930, e cuja firma, *Salathiel de Barros & Cia.*, administrava a pequena hidrelétrica de 260 HP de Cruz Alta desde 1912, além de operar os serviços telefônicos nas cercanias. As obras para ampliação da usina tiveram início em 1926. Em março de 1927, entrou em operação a nova barragem, tendo sido a usina ampliada para 480 HP de potência, com instalação de mais duas turbinas²⁴. Um ano mais tarde, uma forte enchente no arroio Inglês destruiu completamente as edificações, arrastando todo material elétrico rio abaixo e deixando a cidade privada de luz e força por vários meses²⁵.

Além da *Bromberg & Cia.*, outras empresas com escritórios na Capital conduziram investimentos na indústria de energia elétrica no interior do Estado. A *Cia. Telefônica Rio-Grandense*, fundada em 15 de junho de 1908, assumiu sua primeira concessão de exploração do fornecimento de eletricidade em 1916, na cidade de Cachoeira do Sul, através do privilégio outorgado ao Cel. Joan Ganzo Fernández, diretor desta companhia, ao lado de Possidônio da Cunha. Providenciou-se, então, a construção de uma usina com 250 HP de potência. Em 1919, a companhia incorporou o contrato de concessão da cidade de Bagé, desfazendo-se, entretanto, deste acervo, dois anos mais tarde. Em 1921, ampliou a capacidade geradora da usina de Cachoeira do Sul, a partir de um convênio firmado com o *Banco da Província*.

Em 21 de agosto de 1924, o contrato de Cachoeira do Sul foi transferido à *Cia. Rio-Grandense de Usinas Elétricas*. Alguns dias depois, esta companhia encomenda novos equipamentos à Sociedade de Motores Otto Deutz, instalando, em 1925, mais dois motores Diesel de 200 HP cada um, que substituíram os antigos²⁶.

²³ Informativo CEEE. s. d. mimeo. (ME).

²⁴ CP - 31.03.1927 (MCS).

²⁵ CP - 24.04.1928 (MCS).

²⁶ SHEIDT, s. d.

Assim, embora a geração de eletricidade até os anos 1920 estivesse circunscrita a alguns poucos municípios mais desenvolvidos, achando-se bastante dispersa, este segmento produtivo chegou a divisar uma incipiente tendência de concentração das unidades geradoras por um mesmo investidor. Inscrevem-se neste caso as companhias *Guilayn*, *Bromberg* e *Barbará*. No entanto, o desenrolar deste processo não demonstrou a vitalidade que sugerira no seu início, e estes grupos não só tenderam a se limitar aos investimentos que já administravam, como ainda deles viriam a desfazer-se. Por outro lado, até o final dos anos 1920, salvo as empresas atuantes nas cidades de Pelotas e Rio Grande, incorporadas pelo capital estrangeiro desde cedo, a maior parte dos investimentos na geração e distribuição de energia elétrica permanecia ligada ao capital local, com origem no próprio interior do Estado. Esta dispersão favorecia a formação de monopólios localizados, ainda mais reforçados diante da inexistência de competição entre as empresas. Contribuíam para este quadro a tibieza do potencial de investimentos e a falta de acesso a financiamentos privados, expressas nas dificuldades enfrentadas por estes empreendimentos nos seus planos de expansão. Ocasionalmente, incentivos públicos municipais eram capazes de garantir novo fôlego às empresas. Nesse tempo, contudo, embora já reconhecida sua utilidade pública, a indústria de energia elétrica permanecia uma questão de interesse privado e de abrangência local. O Governo do Estado interveio na geração de eletricidade na cidade de Rio Grande, apenas porque as instalações pertenciam à companhia administradora do porto, encampada. Mas os primeiros sinais de que a eletricidade poderia ser dimensionada com mais amplitude já se faziam presentes.

O mais ousado projeto da iniciativa privada regional no setor elétrico gaúcho foi concebido por Rudolph Ahrons, que conduzia um requisitado escritório de engenharia de Porto Alegre. Encarregando-se de obras encomendadas pelo Governo Federal e de diversos empreendimentos privados, gozava, entretanto, de escassa penetração nos meios políticos estaduais. O engenheiro Afonso Herbert, da Secretaria de Obras Públicas (SOP), era então seu principal concorrente em obras de construção civil encomendadas pelo Estado (Weimer, 1994: 191).

Após alguns anos de medições e projeções, Ahrons solicitou à Diretoria de Terras da SOP, em 9 de setembro de 1919, concessão para exploração do potencial hídrico do Rio Jacuí, com vistas à construção de uma hidrelétrica com 30.000 HP. Como o empreendimento objetivava abastecer diversos municípios, entre os quais a Capital, a competência para a concessão excedia o âmbito municipal, remetendo-se à esfera estadual. O pedido despertou as atenções do Governo, que passou imediatamente a desenvolver um trabalho de levantamento dos potenciais hídricos, explorados ou não, o que viria a dar origem às primeiras estatísticas regionais acerca do setor elétrico. Em

25 de maio de 1920, a SOP chamou então a primeira concorrência pública para concessão do potencial do Jacuí. Não se enquadrando a proposta de Ahrons nas cláusulas do edital, nova concorrência foi chamada em 10 de fevereiro de 1920. Desta vez, concorreu com Ahrons outro proponente, cujo projeto, entretanto, era débil: ambas as ofertas foram rejeitadas. Uma terceira concorrência foi convocada a 10 de outubro de 1922, a qual, segundo os técnicos, sem embargo de ter instigado interesses diversificados, dentro e fora do País, foi prejudicada pela guerra civil de 1923 no Rio Grande do Sul.

O projeto de Ahrons foi orçado em 30.000 contos na terceira concorrência, embora os técnicos da SOP admitissem que as inversões pudessem alcançar até 50.000 contos. Ahrons pretendia captar os recursos junto a investidores regionais e nacionais. Estimava-se que 46% da energia produzida seria de pronto absorvida por Porto Alegre, que, não obstante consumir à época cerca de 60.000 KW/hora por dia, apresentava uma demanda reprimida da ordem de 140.000 KW/hora por dia, o que totalizaria 200.000 KW/hora. Acreditou-se, com razão, que unicamente as necessidades da Capital, em luz e força, bastariam para justificar o empreendimento. Os cálculos do Estado previam uma renda líquida ao capital investido (tomado como base 50.000 contos) da ordem de 18,4%!

Os técnicos da SOP entraram em desacordo com o plano de Ahrons em diversos pontos. Em termos gerais, consideraram elevadas as tarifas e tímidas as tabelas de descontos projetadas. De fato, ainda que equivalesssem as tarifas a menos de 50% do valor então praticado na Capital, a projeção de descontos achava-se atrelada ao aumento do coeficiente de consumo por localidade, e não à elevação do consumo geral da zona servida, o que privilegiaria os grandes centros com taxas mais reduzidas, fomentando descontinuidades regionais. Os técnicos exigiam, ainda, descontos bem superiores aos 20% já estabelecidos para as taxas de iluminação pública, confiando na procedência da sustentação deste antigo privilégio. Divergiam igualmente em torno das disposições relativas à encampação do empreendimento pelo Estado e ao prazo de concessão. Sobretudo, consideraram lesivo ao interesse social a solicitação de garantia de juros mínimos de 12% pelo Estado ao capital empregado. Já para o empreendedor privado, o recurso a estas garantias era um fenômeno então corrente, justificável em face da significativa carência e carestia de capitais disponíveis.

De qualquer forma, não houve grande disposição de negociações com o pretendente de parte da maioria dos técnicos da SOP, apesar de dois deles insistirem em que as divergências poderiam ser dirimidas. As alternativas concebidas pela diretoria da SOP propunham a realização do empreendimento pelo próprio Governo Estadual, ou ainda, por meio de uma parceria com os municípios beneficiados e com o

capital privado, mas sob controle dos Poderes Públicos e com garantias de juros aos investidores privados de no máximo 8%. A idéia era então utilizar os lucros advindos da exploração hidráulica para financiar o transporte ferroviário, eletrificando a preços subsidiados o projeto da linha férrea do extremo-norte do Estado a Porto Alegre e ao porto de Rio Grande. Quanto aos municípios, o Estado comprometeria-se a dar garantias aos eventuais empréstimos necessários aos investimentos. Por seu turno, considerava-se ser o capital privado de fácil mobilização, pois seriam muitos os empresários interessados em eletrificar seus estabelecimentos industriais, colaborando, destarte, com as intenções do Governo²⁷.

A hostilidade do Governo Estadual para com a *"rígida intervenção de uma simples empresa particular em empreendimento tão complexo"*, inviabilizou de fato o projeto da hidrelétrica do Jacuí, até mesmo porque a proposta do Governo não teve seguimento, seja por desinteresse, por indisponibilidade de recursos ou porque a Revolução de 1923 questionou a tendência intervencionista que se fortalecia na política econômica borgista. Por outro lado, se a posição dos acionistas das empresas de eletricidade da Capital diante de todo este processo nos é desconhecida (muitos dos quais membros ativos do PRR), não é difícil supor que tenham se beneficiado do fracasso do plano de Ahrons, pois a central do Jacuí certamente tornaria obsoletas e descartáveis as termelétricas de Porto Alegre.

Com o malogro da iniciativa de Ahrons, não houve renovação nas características dos investimentos no setor elétrico gaúcho, verificando-se ainda a estagnação dos empreendimentos operantes. Como conseqüência, ao final dos anos 20, o segmento oferecia sinais claros de esgotamento. As principais empresas do interior seguiram, assim, os passos das grandes companhias de Porto Alegre, transferindo as ações e os acervos em seu poder para o capital estrangeiro. Desta feita, em 1930 a *Compañia Sud Americana de Servicios Públicos S.A. Brasileira (SUDAM)* absorveu as concessões nas cidades de Bagé, Dom Pedrito, Santa Maria, Uruguaiana, Alegrete e Livramento²⁸.

A partir de então, a participação do capital gaúcho ficaria restrita basicamente ao norte do Estado. Durante a década de 1930, pequenas usinas continuaram proliferando pela serra, em geral administradas por empresas incorporadas por comerciantes ou industriais locais. As principais companhias e usinas privadas da região

²⁷ GONÇALVES, 1924; GONÇALVES, 1924a; Fed. - 25.05.1920; 10.02.1921; 25.01.1922; PARECER da Comissão de Avaliação da Concorrência para Aproveitamento do Potencial Hidráulico do Rio Jacuhy. PoA, SOP, 03.10.1921 (ME e CDHPRS).

²⁸ Os dados reunidos pouco contemplam a usina de Livramento. Segundo o Anuário Estatístico de 1927, operavam nela quatro motores a óleo e a gás pobre, cuja potência alcançava 305 KW. Não há notícias de que a usina tenha sido ampliada após 1905, quando foi inaugurada.

atuavam em Caxias do Sul e em Novo Hamburgo, cidades que vinham se firmando como pólos industriais.

A hidrelétrica de Caxias do Sul foi uma das primeiras a entrar em operação no Estado. Com 120 HP de potência, foi construída, barragem e instalações, pela firma *Lima & Martins*. Esta usina inaugurou o sistema de transmissão de eletricidade a longa distância sob alta voltagem, sendo a tensão baixada para 220 volts em uma subestação distribuidora. Em 1915, a *Cia. Aliança do Sul*²⁹ trabalhava já na duplicação da usina, projetando a instalação de uma turbina 'Francis' com regulador automático de 120 HP e correspondente gerador trifásico de 80 KW e 5.000 volts; um transformador de 80 KW, de 2.300/5.000 volts para os dois grupos existentes e para a elevação da corrente a 5.000 volts. Para a subcentral, previa-se a instalação de mais um transformador de 80 KW de 4.700/220 volts, para ser ligado ao novo grupo de 120 HP³⁰.

Durante a década de 30, os serviços em Caxias eram administrados pela *Cia. Rio-Grandense de Usinas Elétricas*, que tentou a construção da usina de Lageado Grande. O projeto esbarrou na burocracia, tal qual se dera com o de Ahrons. Por volta de 1927, um grupo de empresários locais havia adquirido, em acordo com a administração municipal, terrenos no ponto denominado Lageado Grande, objetivando a construção de uma hidrelétrica. A determinação da afluência das águas desta queda começara em 1920, a partir de intervenções de vários engenheiros. Em 1927, os estudos foram confiados ao escritório técnico *Dikerhoff & Wiedmann*, de Porto Alegre. Concebera-se um projeto que previa uma usina com capacidade inicial de 2.500 HP e possibilidade de expansão para até 10.000 HP. A companhia reunira 40% do capital necessário para a obra, esperando obter o resto junto a operações de crédito com o aval do Estado, o qual fora garantido pelo então Presidente do Estado, Getúlio Vargas. A Revolução de 1930, entretanto, retardou o processo e, em 1932, o Interventor Federal Flores da Cunha exigiu o reexame dos dados apresentados para liberação do empréstimo. A SOP, então, cometeu ao engenheiro Otto Weinstein os trabalhos de verificação da planta topográfica de *Dikerhoff & Wiedermann*. Apenas em 1937, quando foram ultimadas as novas sondagens, pôde ser a concorrência pública para construção da usina chamada pelo município³¹.

²⁹ A Cia. Aliança do Sul era uma importante empreiteira e representante comercial. Fez diversas instalações termelétricas nos arrozais da região de Tapes e Camaquã, cujas maiores potências instaladas variavam de 70 a 750 HP. Promoveu também a instalação de centrais hidrelétricas em indústrias, sobretudo tecelagens, e em municípios da região serrana. Dentre seus principais diretores estava o engenheiro Rudolph Ahrons.

³⁰ O ESTADO, 1915, p. 76, 129/130 e 154.

³¹ CP - 20.02.1937; 05.01.1943 (MCS).

Em Novo Hamburgo, com a desanexação desta vila da cidade de São Leopoldo, em 5 de abril de 1927, toda a rede de distribuição local, atendida pela hidrelétrica da Picada 48, inaugurada em 1913 pela administração municipal, passou para propriedade do novo município. A antiga usina já não mais atendia às necessidades de Novo Hamburgo, sobretudo em épocas de enchentes ou estiagens, quando a distribuição normal de energia era interrompida, sendo os estabelecimentos industriais obrigados a parar suas atividades. Em 18 de agosto de 1927, a Intendência Municipal publicou edital de concorrência pública para exploração dos serviços de eletricidade. Entre as propostas apresentadas, foi aceita a da firma *Pedro Adams Filho & Cia.*, que fez instalar um motor de 200 HP.

Pouco tempo depois, esta firma negociou a concessão com a *Cia. Energia Elétrica Hamburguesa*, que também adquiriu a rede de transmissão ainda pertencente à Intendência. Em 1939, às vésperas da inauguração da nova usina da companhia, a hidrelétrica do Herval, tratavam-se, suas instalações térmicas, de dois motores que alcançavam 1.440 KW. A produção de eletricidade atingia então 1.346.621 kWh, dos quais 54,3% correspondiam ao consumo de força motriz, constituindo-se Novo Hamburgo numa das poucas localidades gaúchas onde o consumo industrial era superior ao residencial³².

Sem embargo do capital nacional apresentar alguma expansão ao norte do Estado (vale do Sinos e região serrana) durante a década de 1930, sua posição de liderança na indústria de energia elétrica havia sido perdida em favor do avanço do capital estrangeiro a partir da penetração da *Amforp* (em Porto Alegre e Pelotas) e da *Sudam*, entre 1928 e 1930. Em 1927, segundo o Anuário Estatístico, do capital investido na indústria de energia elétrica gaúcha, o de origem nacional aproximava-se a 75% do total (96% destes investidos em usinas termelétricas), administrando cerca de 60% da capacidade geradora instalada no Estado (35% dos quais em Porto Alegre e o restante no interior). Por sua vez, os Poderes Públicos respondiam por algo em torno de 19% do capital no setor (cerca de 76% destes produzindo energia de fonte térmica), assumindo próximo de 30% do potencial gerador global. Já o capital estrangeiro, representava não mais de 6% dos investimentos, responsabilizando-se por aproximadamente 10% do total da capacidade geradora. Sempre conforme os dados do Anuário, 31% do capital de origem nacional produzia energia no interior do Estado.

As estatísticas de 1941, embora não informem o montante do capital investido nos empreendimentos elétricos, indicam que os Poderes Públicos ainda administravam cerca de 25% do potencial gerador gaúcho. Já as instalações controladas pelo capital

³² Informativo CEEE, PoA, 1973, nº 4 (ME); ANUÁRIO, 1941.

estrangeiro elevaram sua participação de apenas 10%, em 1927, para 55% do total em 1941, enquanto que o capital de origem nacional reduziu sua parcela no controle da capacidade geradora de 60% para apenas 20%, no mesmo período. As instalações de Porto Alegre continuavam representando em torno de 35% da potencialidade geradora total.

Não obstante ter sido a partir de fins dos anos vinte a expansão do capital nacional maior ao norte do estado, foi bem mais quantitativa do que qualitativa. Os dados do Anuário Estatístico de 1941 indicam que das 124 novas usinas que entraram em operação entre 1937 e 1939, ainda que somente três não fossem privadas, apenas seis tinham mais de 50 HP de potência instalada. Foram as hidrelétricas que mais cresceram no período, passando de 35 para 101 unidades, localizando-se todas na região norte.

Ainda que percentualmente tímida em relação aos padrões anteriores a 1930, a expansão da iniciativa privada nacional na região norte esbarrou nos planos sustentados pelos Poderes Públicos, estabelecendo um conflito de interesses inédito no Estado. Em 19 de outubro de 1937, pelo Decreto Federal nº 2.063, o Município de São Leopoldo obtivera do Governo Federal (que passou a exercer soberania sobre as quedas d'água com potencial acima de 10.000 KW com a promulgação do Código de Águas em 1934) uma concessão para exploração dos potenciais hidráulicos dos rios Santa Maria e Santa Cruz. Um projeto desenvolvido pelo Município, desde 1934, estabelecia a construção de um conjunto de barragens e usinas escalonadas com geração calculada em 20 milhões de KWh. O empreendimento entrou, contudo, em confronto com o capital privado local, na medida em que diversos projetos menores, como em Garibaldi, Caxias do Sul (no Lageado Grande), Santa Maria (no rio Ivai) e em Novo Hamburgo (na cascata do Herval), encontravam-se na zona da citada concessão. Eis que a administração de São Leopoldo pretendia a formação de um consórcio de municipalidades para viabilizar sua proposta, cujas bases foram, em realidade, solapadas pela dispersão dos esforços em função das investidas das pequenas empresas autônomas. Estas encontraram respaldo no Governo Estadual pós-1937, que viu da possibilidade de um único município controlar os rumos da política energética estadual uma grande ameaça³³.

O impasse foi apenas superado com a transferência do privilégio de São Leopoldo para a CEEE, em 1943. O Governo Estadual não só abraçou o projeto leopoldense como ainda desencadeou uma política de encampação dos pequenos acervos privados e municipais, que tomou por ponto de partida a região industrial

³³ CP - 01.03.1938 (MCS).

serrana. Em 11 de novembro de 1947, a CEEE encampou os acervos e as concessões outorgadas à Sociedade *Energia Elétrica Hamburgueza Ltda.* e à *Cia. Rio Grandense de Usinas Elétricas*, a qual explorava os serviços em Caxias do Sul. O patrimônio da *Hamburgueza* foi então avaliado em 4,095 milhões de cruzeiros³⁴ e constava da hidrelétrica de 2.000 HP do Herval e um grupo diesel de 400 HP. A absorção do sistema de eletricidade de Caxias foi efetuada por 1,209 milhões de cruzeiros, constando a capacidade instalada do acervo de 1.139 HP de fonte térmica e 200 HP de fonte hídrica³⁵. As encampações dos acervos privados tiveram prosseguimento durante a década de 1950 por todo o Estado, culminando com o confisco da CEERG, que operava em Porto Alegre o serviço de bondes e a usina termelétrica da Volta do Gasômetro, em 1959³⁶.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os empreendimentos do capital privado nacional no setor elétrico do interior do Estado acompanharam em linhas gerais a trajetória das grandes empresas porto-alegrenses. Em primeiro lugar, foram predominantemente direcionados para a geração termelétrica. A instalação de uma usina térmica, além de requisitar uma tecnologia mais acessível, era menos dispendiosa que a instalação de uma central geradora hidrelétrica.

Em seguida, todos os casos estudados indicaram a transferência de recursos dos setores mercantil e financeiro para a indústria de energia elétrica. Companhias representantes de material elétrico parecem seguir uma tendência natural para investimentos diretos na geração, dado a intimidade técnica com o tema. Por outro lado, a articulação com o capital financeiro é recorrente, como por exemplo quanto a *Buxton & Guilayn*, a *Bromberg*, a *B.M. & Barbará*, a *Cia. Aliança do Sul* e a *Cia. Salathiel de Barros*, empresas que associaram-se ou ligavam-se ao *Banco da Província*, ao *Banco Nacional de Comércio* e às casas bancárias *Guilayn e Barbará*.

Percebe-se ainda a participação de importantes acionistas de empresas de eletricidade da Capital, como Emílio Guilayn e a *Cia. Telefônica Rio-Grandense*, nas atividades do interior. Apesar disto, a maior parte do sistema gerador e transmissor permaneceu gerenciada por empreendimentos locais, caracterizando uma plêiade de

³⁴ O maior acervo da região, controlado pela municipalidade de São Leopoldo, teve os valores fixados em 6,436 milhões de cruzeiros.

³⁵ A usina municipal e rede de transmissão também em operação em Caxias foram avaliadas em 11,410 mil cruzeiros.

³⁶ LEGISLAÇÃO Referente ao Plano de Eletrificação do Estado. (dat) (ME).

pequenos monopólios dispersos. A dispersão e a baixa capitalização das unidades geradoras não propiciaram a concorrência e disputa pelo mercado. Somente a partir da década de 1950 as encampações conduzidas pela CEEE desencadearam o processo de unificação das centrais geradoras.

O ramo industrial aberto pela geração elétrica era considerado uma atividade lucrativa no início do século XX, com excelentes perspectivas de remuneração sobre a inversão de capital. Além disso, há indícios, ainda imprecisos, de que, assim como na Capital, este setor industrial beneficiou-se da proteção ou incentivo de parte dos Poderes Públicos locais. Entretanto, as mesmas limitações estruturais que inviabilizaram os grandes empreendimentos em Porto Alegre, determinaram o fracasso das iniciativas no interior: em especial, a incapacidade de conciliação de elementos díspares, como as elevadas expectativas de rentabilidade, a escassa disponibilidade de capital para expansão das instalações e a satisfação das demandas reais de consumo. Diante do esgotamento das potencialidades reprodutivas do capital regional, as concessões e os acervos em posse das principias companhias do interior foram transferidos em 1930, cerca de dois anos após as investidas da *Amforp* em solo gaúcho, a outra empresa estrangeira: a *SUDAM*.

Por sua vez, o principal projeto da iniciativa privada regional para o setor elétrico, formulado pelo engenheiro Ahrons em 1919, que seria capaz de revitalizar o mercado, foi deliberadamente obstruído pela burocracia em nome de uma proposta estatizante, a qual não chegou, contudo, a concretizar-se senão após o Estado Novo. Note-se que a iniciativa de Ahrons, embora ousada, previa-se ainda guarnecida pelo protecionismo, pleiteando uma alta garantia de juros junto aos Poderes Públicos. Esta lhe foi negada, menos por princípios ideológicos, articulados por uma política econômica setorial definida, do que pela perspectiva vislumbrada pelos técnicos do governo em carrear recursos para o orçamento estadual, a partir de uma intervenção estatal direta na geração hidrelétrica mediante a encampação do projeto de Ahrons, cujo objetivo final seria financiar os investimentos no sistema de transportes ferroviários. O projeto de Ahrons, com efeito, despertou o Governo Estadual para a amplitude da indústria de energia elétrica, o que inspirou a coleção das primeiras estatísticas sobre o setor. Ainda assim, as políticas para o segmento permaneceram desencontradas, sempre subsumidas às estratégias concebidas para a indústria extratora carbonífera e para o sistema de transportes.

O malogro das intenções de Ahrons evitou, finalmente, o confronto com as empresas atuantes em Porto Alegre. A inexistência de um empreendimento hidrelétrico de porte possibilitou grande autonomia às empresas da Capital em torno das negociações acerca dos rumos dos investimentos já existentes, determinando a

opção futura pela transferência dos acervos ao capital estrangeiro e pela configuração do regime de monopólio em Porto Alegre, enquanto o interior permanecia desassistido.

Com o avanço do capital estrangeiro em 1930, o montante dos investimentos privados regionais, que até então fora, no interior, mais expressivo na região fronteira e na chamada Depressão Central, deslocou-se para a região norte e serrana. Zona na qual a indústria de energia elétrica era de mais recente implantação, posto surgirem as primeiras usinas apenas a partir de 1910, dispunha de empreendimentos de menor envergadura, destacando-se somente os existentes nas cidades de Caxias do Sul e Novo Hamburgo.

Assim, ao final dos anos 1930, a taxa de crescimento de centrais geradoras, bem como da capacidade instalada, tendeu a crescer bem mais ao norte do Estado, embora ainda permanecesse inferior a outras regiões, ao passo que as instalações do centro, fronteira, litoral e campanha tenderam a estabilizar seu índice de expansão e multiplicação. Sendo o alento ao capital privado ao norte mais quantitativo do que qualitativo, verifica-se também que a pressão da demanda por energia terminou descortinando a fragilidade da iniciativa privada regional, cujos destinos foram então selados pelas encampações efetuadas pela CEEE.

Apesar dos conflitos entre as pequenas empresas da região serrana e o Município de São Leopoldo, que marcaram o fim dos anos 1930, a posterior absorção dos acervos privados pela CEEE foi pouco conflituosa, dado a dimensão da crise que se abatera sobre o abastecimento de energia elétrica ao início dos anos 1940. Dessa maneira, o Poder Público, com seu Plano Estadual de Eletrificação e sua projeção de investimentos em escala regional, ocupou um espaço preenchido deficientemente pela iniciativa privada.

REFERÊNCIAS

ALVES, Jorge Fernandes. **Patrimônio industrial, educação e investigação**: a propósito da Rota do Patrimônio Industrial do Vale do Ave. Guimarães, 2003. Disponível em <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1192.pdf>>. Acesso em abr. de 2012.

AGUILAR, Afonso. **Histórico sobre a energia elétrica em Jaguarão**. Jaguarão, outubro de 1972, dat. (ME).

ANUÁRIO Estatístico do Rio Grande do Sul. Secretaria do Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Ano 5. Tomo 1. Anos 1925, 1926 e 1927. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação, 1928.

ANUÁRIO Estatístico do Rio Grande do Sul. Departamento Estadual de Estatística. Porto Alegre, 1941.

AXT, Gunter. Política Energética e Indústria de Energia Elétrica no Rio Grande do Sul Republicano. **Cadernos de Estudos**, n. 10. CPG em História/UFRGS, Porto Alegre, 1994, págs. 74 a 96.

_____. A Indústria de Energia Elétrica em Pelotas. **Revista do Núcleo de Pesquisa em História da UFPel**, Pelotas, n. 2, 1996.

_____. A formação da empresa pública no setor elétrico gaúcho. **Anos 90. Revista do Programa de Pós-graduação em História**, Porto Alegre, n. 4, 1996.

_____. A indústria de energia elétrica em São Leopoldo (1913-1946). In: **Estudos Leopoldenses**. São Leopoldo, Unisinos, 1998.

_____. A participação da iniciativa privada nacional no setor elétrico gaúcho: uma perspectiva das maiores empresas (1887-1929). **História em Revista**, Pelotas, v.4, p.63- 94, 1998.

_____. **Gênese do estado moderno no Rio Grande do Sul (1889-1929)**. Porto Alegre: Paiol, 2011.

AXT, Gunter; AITA, Carmen; ARAÚJO, Vladimir. **Parlamentares gaúchos, das cortes de Lisboa aos nossos dias (1821-1996)**. Porto Alegre: Corag, 1996.

CARVALHO, José Carlos de. **A abertura da barra do Rio Grande do Sul: o maior sucesso da engenharia hidráulica na América do Sul: a sua história e principais colaboradores (1855-1920)**. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1927.

O ESTADO do Rio Grande do Sul. Paris: Monte Domecq., 1915.

FIGUEIREDO, Osório Santana. **Informativo CEEE**, Porto Alegre, n.1, p. 8-9, 1975.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: guia histórico**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1992.

GOLDEMBERG, Maurício. **Alegrete de ontem...** [s.l.: s.n., 19--]

GONÇALVES, C. Torres. **O problema do suprimento econômico de energia elétrica a Porto Alegre e outros municípios**. Porto Alegre: SOP, 1924.

GONÇALVES, C. Torres. **O problema dos transportes ferro-viários no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: A Federação, 1924.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo : Estação Liberdade, 2009.

RODRIGUES, Marly. Patrimônio industrial, entre o fetiche e a memória. In: **usjt - arq.urb**, n. 3, p.31-40, 1. Sem. 2010. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_03/4arqurb3-marly.pdf>. Acesso em: abr. 2012.

SHEIDT, Armindo. Informativo CEEE. [s.l.: s.n. 19--].

SILVA, J. Resende. **A fronteira do Sul**: estudo geográfico, econômico, histórico e fiscal. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

TRANSFERÊNCIA ao Estado dos contratos da "Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul". Porto Alegre: A Federação, 1920.

WEIMER, Günter. A arquitetura de Porto Alegre e a imigração alemã. In: **Os Alemães no Sul do Brasil**. Canoas, Ed. da Ulbra, 1994.

ABREVIATURAS

BFEE – Biblioteca da Fundação de Economia e Estatística do Estado do RS

CDHPRS – Centro de Documentação da História Política do RS – Assembleia Legislativa do RS

CP – Jornal Correio do Povo

Fed – Jornal A Federação

ME – Museu da Eletricidade – CEEE

MCS – Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa